

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

**DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

**HENRIQUE OLIVEIRA NASCIMENTO**

**BARREIRAS E FACILITADORES PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL**

**RECIFE**

**2023**

**HENRIQUE OLIVEIRA NASCIMENTO**

**BARREIRAS E FACILITADORES PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL**

Artigo científico elaborado segundo as normas da Revista  
Ciência e Saúde Coletiva, como exigência final para  
obtenção do grau de Terapeuta Ocupacional, pelo Curso de  
Terapia Ocupacional da Universidade Federal de  
Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Karina Pessoa da S. Cabral.

**RECIFE**

**2023**

## **BARREIRAS E FACILITADORES PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL**

Henrique Oliveira Nascimento; Ana Karina Pessoa da Silva Cabral

### **RESUMO**

Segundo o último Censo do IBGE, cerca de 6,2% da população brasileira possui pelo menos algum tipo de deficiência, seja intelectual, física, auditiva e visual. Mesmo com avanços jurídicos legais que possibilitam e facilitam o processo de inclusão, diversas barreiras são encontradas no acesso aos direitos e participação social, educação e trabalho das pessoas com deficiência. Por outro lado, a existência de facilitadores possibilitam a participação dessas pessoas nos contextos sociais, enfatizando-se o educacional de nível superior e o laboral. Nessa perspectiva, a Terapia Ocupacional faz uso de tecnologias que são facilitadores e intervém no ambiente, com vistas a promover o desempenho ocupacional do sujeito e participação na sociedade. O objetivo desta pesquisa é identificar as principais barreiras e facilitadores ambientais que influenciam a realização de atividades e a participação social de pessoas com deficiência. Trata-se de pesquisa descritiva, do tipo documental, com recorte transversal e abordagem qualitativa. Foram utilizados os dados secundários de um projeto de pesquisa realizado numa instituição pública. Identificou-se a presença de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas enfrentadas por pessoas com deficiência nos contextos educacional de nível superior e laboral. Conclui-se que as pessoas com deficiências enfrentam entraves para sua participação social, o que se faz necessário fortalecer as políticas públicas de saúde e inclusão educacional e laboral.

**PALAVRAS-CHAVES:** Barreiras; Facilitadores; Ensino superior; Trabalho; Terapia Ocupacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>MÉTODO</b> .....	8
<b>RESULTADOS</b> .....	11
<b>DISCUSSÃO</b> .....	21
<b>CONCLUSÃO</b> .....	25

## INTRODUÇÃO

A participação social engloba a prática da cidadania e está intrinsecamente ligada à presença ativa nos espaços e organizações da sociedade. Ser um cidadão implica em exercer os direitos fundamentais para engajar-se e participar ativamente na vida social <sup>1</sup>. No entanto, as pessoas com deficiências (PCD's) eram vistas como incapazes, fator que gerou a exclusão da participação social, pois não havia, de forma ampla, o pensamento de que a deficiência como uma pluralidade humana, prevalecia o juízo de que todo corpo que não se encaixa nos padrões considerados normais não serviria à sociedade, principalmente no século XVIII, assim, o enfrentamento de barreiras impedia o acesso aos direitos sociais<sup>2</sup>.

No ano 2000 surge o modelo social através de movimentos sociais das pessoas com deficiência no Reino Unido, com destaque da insuficiência do modelo biomédico existente e mantido pela saúde que, naquele momento, favorecia a desigualdade social e exclusão. Assim, gradativamente, o modelo social foi sendo inserido nos espaços acadêmicos, auxiliando a revisão e incorporação da compreensão da deficiência no modelo social para influenciar as ações públicas ao redor do mundo.

Nesse panorama, houve a elaboração e publicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2001, trazendo o modelo biopsicossocial, que leva em consideração ambos, o modelo biomédico e o social orientando os modos de apreender, compreender, descrever e avaliar a deficiência como um estado/condição de saúde<sup>3</sup>.

Nessa perspectiva, a lei brasileira de inclusão - LBI, baseada na CIF, traz a definição de barreira, afirmando que “barreira é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de

seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros”<sup>4</sup>.

A LBI descreve os tipos de barreiras, sendo elas: *barreiras urbanísticas*, as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; *barreiras arquitetônicas*, as existentes nos edifícios públicos e privados; *barreiras nos transportes*, as existentes nos sistemas e meios de transportes, *barreiras nas comunicações e na informação*, qualquer entrave, obstáculo ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia; *barreiras atitudinais*, atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; *barreiras tecnológicas*, as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; *barreiras sistêmicas*, relacionadas a políticas formais e informais<sup>4</sup>.

Por outro lado, apesar das barreiras descritas, os facilitadores auxiliam no processo de inclusão social das pessoas com deficiência, instrumentos descritos na LBI como tecnologia assistiva (TA) ou ajuda técnica, sendo definidas como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social<sup>4</sup>. Nessa pesquisa, o foco será na participação social relacionado ao setor educacional e do trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NO TRABALHO

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, no mundo, há cerca de mais de um bilhão de pessoas vivendo com algum tipo de deficiência, número que representa 15% da população mundial, levando em consideração a população mundial do ano de 2010. Com relação ao Brasil, o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que cerca de 6,2% da população brasileira possuía pelo menos uma das quatro deficiências pesquisadas por eles: intelectual, física, auditiva e visual <sup>5</sup>.

Além disso, ainda de acordo com os dados do censo de 2010, 92,13% das pessoas acima de 5 anos estão alfabetizadas. No entanto, quando se fala das pessoas com deficiência, o percentual apresenta uma diminuição para 68,60%. Assim, a taxa de alfabetização desse público pode ser explicada pelas dificuldades da escola de adaptar os conteúdos e as avaliações e pela vigência do discurso da socialização por parte de professores e gestores <sup>6</sup>.

Na perspectiva educacional brasileira, o acesso democratizado ao ensino superior nos últimos anos avançou para a inserção de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) <sup>7</sup>. Desse modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (2008) indica que, no ensino superior, deverão ocorrer ações de acesso, permanência e participação de estudantes, com garantia de acessibilidade, em diferentes âmbitos, tais como arquitetônico, pedagógico, de comunicação, entre outros, nas etapas do processo para a entrada <sup>7</sup>. Por outro lado, Para Pimenta <sup>8</sup>, mesmo com algumas ações institucionais que favorecem o acesso, a permanência de estudantes é um desafio, pois são levadas a enfrentarem barreiras existentes nos espaços físico e pedagógicos.

Quanto ao mundo do trabalho, segundo a Organização Internacional do Trabalho 80% das pessoas com deficiência estão em idade propícia para o trabalho. Entretanto, o trabalho ainda é um direito frequentemente negado a essas pessoas, que enfrentam grandes barreiras nos ambientes, na informação, na comunicação e nos serviços. Desta forma, convivem com altos

índices de desemprego, ausência de atividade econômica, além de maior desproteção social quando comparadas com pessoas sem deficiência, fatores que contribuem para a pobreza extrema<sup>9</sup>.

Nesse sentido, segundo Lima<sup>10</sup>, as experiências vivenciadas no e por meio do trabalho provocam transformações significativas na pessoa com deficiência à medida que o reconhecimento de seu trabalho gera a sensação de estar sendo útil e deixar de ser invisível para a sociedade. Estima-se que cerca de 6,5 milhões de pessoas com deficiência estão em idade produtiva e possuem condições efetivas de serem inseridas no mercado de trabalho formal pelas políticas de ação afirmativa<sup>11</sup>.

Em relação aos mecanismos legais voltados à inclusão laboral, no Brasil, em 1990, foi promulgada a Lei nº 8.112/12, que reserva de até 20% do percentual das vagas em concursos públicos para pessoas com deficiência<sup>12</sup>. Em seguida, a Lei nº 8.213/91<sup>13</sup>, lei de cotas, é aprovada, afirmando que as empresas com mais de 100 funcionários reservar vagas para essa população<sup>13</sup>. Outro importante mecanismo legal é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - (LBI), que assegura e promove a igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania<sup>4</sup>.

Pelo viés da ciência ocupacional, a realização de atividades, os papéis sociais são influenciados pelo contexto em que o indivíduo está inserido, e este é um fator que afeta diretamente o acesso, envolvimento e o desempenho das ocupações. Assim, cabe destacar a justiça ocupacional, que reconhece e esmerar-se para os direitos à participação inclusiva das ocupações diárias de todas as pessoas na sociedade independentemente de suas características pessoais<sup>14</sup>.

A Terapia Ocupacional faz uso de tecnologias e intervém no ambiente, visa o treinamento para atividade laborativa, avaliação do desempenho ocupacional, realiza a identificação das

habilidades e limitações do indivíduo no processo de desempenho das suas atividades de vida diária Atividades da vida diária, Instrumentais de vida diária, atividades educacionais e Trabalho<sup>15</sup>.

Ainda nessa perspectiva, a Associação Americana de Terapia Ocupacional descreve que a Terapia Ocupacional faz uso terapêutico de ocupações, referindo-se às atividades diárias que as pessoas realizam individualmente ou coletivamente para preencher o tempo e trazer sentido à vida<sup>14</sup>.

Desta forma, a Terapia Ocupacional é uma profissão que busca compreender as relações que o ser humano ativo estabelece em sua condição de vida e saúde. Leva-se em consideração também, os fatores ambientais, que são aspectos da envolvimento física, social e atitudinal em que as pessoas vivem, estes influenciam a funcionalidade e a incapacidade, podendo ser um facilitador ou uma barreira para o indivíduo<sup>14</sup>.

Portanto, o reconhecimento das barreiras e facilitadores possibilita ao terapeuta ocupacional propor e implementar soluções individuais e coletivas no contexto que favoreçam a realização de atividades cotidianas, a participação social das pessoas com deficiência e o exercício da sua cidadania. Assim, o objetivo da pesquisa foi identificar as principais barreiras e facilitadores ambientais que influenciam a realização de atividades e a participação social de pessoas com deficiência, com ênfase nos contextos laboral e educacional de nível superior.

## **MÉTODO**

Este estudo se caracteriza como descritivo, do tipo documental, com recorte transversal e abordagem qualitativa<sup>16</sup>. A pesquisa foi dividida em 2 fases, sendo realizado na fase 1, a pesquisa bibliográfica e na fase 2, a pesquisa documental dos dados secundários.

Para a fase 1 de revisão bibliográfica foi utilizado o guia para revisão de literatura proposto por Ferenhof e Fernandes<sup>17</sup>, que se divide em três etapas:

Etapa 1) Definição do Protocolo de Pesquisa: definição da estratégia de busca, definição das bases de dados e organização das bibliografias.

Etapa 2) Análise dos Dados, consistiu na análise sistemática das pesquisas selecionadas para leitura, sendo realizada a interpretação das pesquisas sobre a temática buscada.

Etapa 3) Síntese dos resultados, sendo tabulados as informações referente ao público alvo, local de pesquisa, tipo de pesquisa e o resultado referente as barreiras e facilitadores destacadas.

Foram elencadas três bases de dados nacionais, sendo elas: Biblioteca virtual em saúde - BVS, Scielo e periódicos CAPES e duas internacionais, Scopus e Web of knowledge. Como relação a estratégias de buscas nas bases de dados, foram utilizados, nas bases de dados nacionais, os termos de buscas: (barreiras OR facilitadores) AND (deficiência OR Funcionalidade) AND (“Ensino superior” OR trabalho) e nas bases de dados internacionais: (barriers OR facilitators) AND (disability OR functionality) AND (“higher education” OR work). Com relação aos critérios de inclusão e exclusão, houve o recorte de tempo: últimos 10 anos - 2013 a 2023. É importante ressaltar que nas plataformas internacionais foram utilizados filtros de *keywords* (palavras-chaves) para restringir a busca. Foram incluídos na pesquisa os artigos que continham título, resumo e/ou palavras-chave dentro da temática buscada; pesquisas com foco no trabalho e ensino superior; leitura das pesquisas disponíveis para download no período de realização da revisão da literatura. Foram excluídas as referências duplicadas; artigos que tratam-se do público infantil e contexto escolar. Foi realizada nos meses de maio e junho de 2023.

Na fase 2 de Pesquisa Documental, foram utilizados os dados secundários do projeto de pesquisa interdisciplinar intitulado “Terapia ocupacional e funcionalidade de pessoas com deficiência para o engajamento em ocupações nos contextos acadêmico e laboral” com

parecer no CEP n. 4.136.987, coordenado pela docente pesquisadora Ana Karina Pessoa da Silva Cabral, que se encontram no armário do Laboratório de Tecnologia Assistiva e Terapia Ocupacional - LabTATO da Universidade Federal de Pernambuco (HC/UFPE) e na nuvem, no Drive.

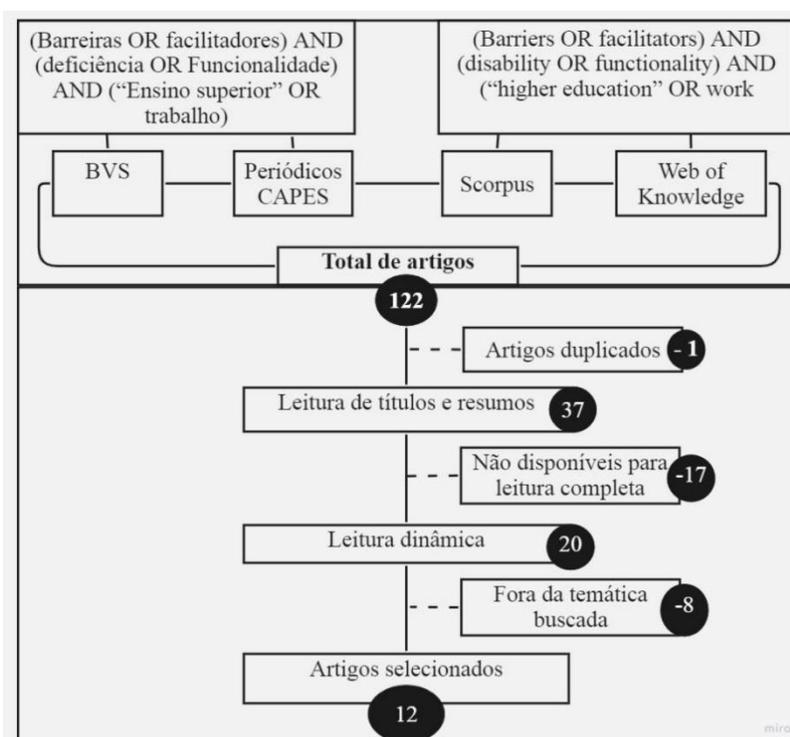
Os dados foram coletados entre o período de fevereiro de 2020 a setembro de 2022 por instrumentos utilizados no projeto, sendo eles: Roteiro de entrevista semiestruturado, com perguntas fechadas e abertas, sobre dados socioeconômicos e funcionais. Além disso, o levantamento de dados sobre o uso de tecnologias digitais e assistivas, rotina ocupacional, identificação de barreiras e facilitadores<sup>18</sup>; sobre o nível de desempenho ocupacional e sua satisfação em relação a realização das ocupações diárias nos contextos de desempenho, sob perspectiva da pessoa, por meio da Medida Canadense de desempenho ocupacional (COPM)<sup>19</sup>; mensuração da satisfação do usuário com o recurso assistivo e os serviços relacionados, pelo B-Quest<sup>20</sup>; e por fim, uso do *Ergo Capability Protocol*<sup>®</sup> que avalia as demandas das tarefas laborais a partir da entrevista e observação do desempenho para relacionar o desempenho das tarefas laborais com as barreiras existentes e facilitadores, como cursos, adaptações ambientais e da tarefa, tecnologia assistiva e emprego apoiado<sup>21</sup>.

O público da pesquisa primária foram 15 indivíduos adultos de diferentes faixas etárias, a partir de 18 anos, dos gêneros masculino e feminino, participantes vinculados ao projeto de pesquisa referido. No total, haviam 13 estudantes e 2 trabalhadoras, destes 10 eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Em relação ao tipo de deficiência dos participantes estudantes, 6 tinham deficiência visual, 4 deficiência física, 2 deficiência intelectual e 1 deficiência múltipla. Em relação ao grupo das trabalhadoras, ambas eram pessoas com deficiência física. Os estudantes eram dos mais diversos cursos da Universidade, ou seja, estavam presentes nos centros que compõem a instituição.

## RESULTADOS

Na Fase de Pesquisa Bibliográfica (Fase 1), a busca retornou um montante de 122 artigos, na BVS não houveram artigos incluídos. Além disso, houve apenas uma referência duplicada, sendo retirada. Em seguida, ocorreu a seleção através da leitura dos títulos e resumos. Contudo, 17 dos artigos encontrados não estavam disponíveis para leitura completa. A partir das leituras, foram selecionados 20 artigos para a leitura dinâmica. Após a leitura dinâmica, foram selecionadas 12 pesquisas que estavam dentro da temática buscada, pois apresentaram a temática voltada a barreiras e facilitadores para a participação social, com ênfase no ensino superior e trabalho, de pessoas com deficiência. Como mostrado na figura 1 abaixo abaixo:

**Figura 1. Síntese da revisão de literatura nas bases de dados e pesquisas selecionadas.**



Fonte: Autores

Ao final da primeira fase da pesquisa, foram incluídos 12 artigos, sendo 10 nacionais. A tabela abaixo mostra dados referentes aos artigos selecionados:

**Tabela 1. Caracterização dos artigos incluídos na pesquisa**

<b>Autor(a)/ Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Local da pesquisa</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Resultado</b>
Bacarin, 2022	Acessibilidade no ensino superior: percepções de Funcionários com deficiência	Funcionários com deficiência física e auditiva.	Instituição de ensino superior do Paraná	Estudo descritivo com abordagem qualitativa	Barreiras arquitetônicas; atitudinais; adaptações ambientais; legislações
Silva et al, 2022	A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual. Revista Brasileira de Educação Especial	Estudantes com deficiência visual de diferentes cursos	Universidade Federal da Bahia (UFPB)	Pesquisa qualitativa	Barreiras arquitetônicas; atitudinais; pedagógicas (dificuldade no acesso de materiais pedagógicos)
Almeida et al, 2018	Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de	Alunos com deficiência e sem deficiência professores e integrantes da coordenação de acessibilidade	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Pesquisa de caráter exploratório -descritivo	Conceitos sobre acessibilidade e barreiras; Mudança de concepção sobre deficiência

<b>Autor(a)/ Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Local da pesquisa</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Resultado</b>
	Fora.				
Rodrigues et al, 2021	A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura.	Artigos voltados a percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e/ou contemplassem a temática cotas	Bases de dados SciELO e LILACS	Estudo bibliográfico, do tipo revisão de literatura	Mecanismos legais para inclusão insuficientes;  Barreiras atitudinais e comunicacionais.
Reding et al, 2017	Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual.	Quatro jovens com deficiência intelectual	Faculdade de Educação da UERJ	Estudo descritivo com abordagem qualitativa	Facilitadores:  mecanismos legais para inclusão laboral;  emprego apoiado e customizado
Paz- Maldonado, 2021	La inclusión educativa del estudiantado universitario en situación de discapacidad en Honduras.	Artigo de diferentes países que tratassem da temática de inclusão no ensino superior	bases de dados nacionais de Honduras e internacionais.	Estudo de Revisão bibliográfica	Dificuldades no processo de inclusão educacional; falta de investimentos econômicos;  Barreiras pedagógicas

<b>Autor(a)/ Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Local da pesquisa</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Resultado</b>
Ciantelli et al, 2016	Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.	Dezessete coordenadores de núcleos de diferentes IFES	Instituições de ensino superior com o núcleo de acessibilidade	Estudo descritivo com abordagem qualitativa	Atuação frente às barreiras: atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais; Ações de acessibilidade no meio acadêmico
Calheiros, 2016	A inclusão de universitários com deficiência em cursos de Educação Física na cidade de Maceió/AL.	Estudantes com deficiência do curso de Educação física..	Instituições de ensino superior na cidade de Maceió/AL.	Estudo de caso	Barreiras atitudinais; comunicacionais e falta de recursos
Neves-silva et al 2015	Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva.	Representantes de associações de apoio às pessoas com deficiência; funcionários do setor de recursos humanos	Cidade de Belo Horizonte	Estudo descritivo com abordagem qualitativa	Barreiras atitudinais; falta de acessibilidade; despreparo das empresas; dificuldade ao acesso educacional e qualificação profissional
Castro et al, 2014	Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras.	Coordenadores de serviço de apoio especializado aos alunos com deficiência e alunos com deficiência.	Treze universidades públicas do Brasil	Pesquisa de campo com abordagem qualitativa	Barreiras pedagógicas; atitudinais; arquitetônicas; comunicacionais; facilitadores de permanência

<b>Autor(a)/ Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Local da pesquisa</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Resultado</b>
Chhabra et al, 2021	Turning a blind eye to employers' discrimination? Attitudinal barrier perceptions of vision impaired youth from Oslo and Delhi	Jovens com deficiência visual buscando inserção no mercado de trabalho	Cidades de Oslo e Delhi	Estudo de caso com abordagem qualitativa	Discriminação na inclusão; barreiras atitudinais; insuficiência ou ausência de mecanismos legais
Anabê, 2016	Ableism and disablism in higher education: The case of two students living with chronic illnesses	Estudantes com deficiência, doença crônica.	Universidade da Inglaterra e Portugal	Estudo de caso, relato de experiência	Conceitos referentes às barreiras e incapacidade; barreiras atitudinais; pedagógicas e arquitetônicas

Fonte: Autores

Na pesquisa bibliográfica realizada, verificou-se que 8 dos artigos incluídos estavam voltados à inclusão no ensino superior das pessoas com deficiência, apontaram como principais barreiras ao acesso, as arquitetônicas e atitudinais.

Em seguida, nos artigos selecionados, aparecem as barreiras pedagógicas, aquelas evidenciadas na ação docente, nas práticas pedagógicas em sala de aula, na adequação do material didático, nas diferentes formas de acesso ao conteúdo ministrado pelos professores em sala de aula associada a outras barreiras no contexto.

Na fase da Pesquisa Documental (fase 2), ao analisar os dados coletados, através da pesquisa documental, foi possível caracterizar os 15 participantes do projeto, conforme apresenta a tabela 2.

**Tabela 2. Caracterização dos participantes do projeto de pesquisa**

<b>Tipo de deficiência</b>	<b>Gênero</b>	<b>Papel ocupacional</b>	<b>Idade</b>	<b>Curso/Cargo</b>
Física	F	Estudante	46	Pedagogia
	F	Estudante	24	Farmácia
	F	Estudante	29	Arquitetura
	F	Trabalhadora	57	Professora
	F	Trabalhadora	27	Arquiteta
	M	Estudante	28	Farmácia
Visual	F	Estudante	28	Música
	F	Estudante	37	Música
	F	Estudante	52	Farmácia
	F	Estudante	56	Pedagogia
	M	Estudante	35	Direito
	M	Estudante	26	História
Intelectual	M	Estudante	26	Engenharia eletrônica
	F	Estudante	49	Pedagogia
Múltipla	F	Estudante	26	Pedagogia

O maior quantitativo de participantes do projeto eram do gênero feminino, totalizando 11 de 15. Além disso, a faixa etária variou entre 24 a 57 anos, com a maioria abaixo dos 30 anos. Em relação ao tipo de deficiência mais frequente entre os participantes, verificou-se que de 6

participantes são pessoas com deficiência visual, seguidos por 5 com deficiência física, 2 participantes com deficiência intelectual e 1 com deficiência múltipla. Sobre os cursos em que os estudantes se concentravam, percebeu-se que o curso de pedagogia era o mais frequentado, totalizando 4. Em seguida, o segundo curso mais frequentado pelos estudantes foi o de música e farmácia, com dois estudantes em ambos. Em relação as trabalhadoras, ambas são pessoas com deficiência física e com atuações profissionais distintas, sendo uma professora e outra arquiteta.

Por meio dos instrumentos analisados foram identificados as barreiras e facilitadores utilizados no contexto pelos participantes, conforme a tabela 3.

**Tabela 3. Dados sobre a percepção de barreiras e uso de facilitadores**

Papel ocupacional	Tipo de barreiras	Local da barreira	Facilitador(es)
Estudante	Arquitetônica	Universidade e casa	Leitor de tela, bengala e reglete
Estudante	-	-	Bengala, reglete, óculos, lupa digital e binóculo
Estudante	Arquitetônica e atitudinal	Universidade e casa	Órtese de posicionamento, cadeira de rodas manual e cadeira de banho
Estudante	-	-	Óculos de grau
Estudante	-	-	Bengala, tiposcópio e reglete
Estudante	Tecnológica	Internet	Bengala, NVDA e Dosvox
Estudante	Atitudinal e pedagógica	Universidade	Bengala, lupa e leitor de tela

Estudante	Arquitetônica e pedagógica	Universidade	Cadeira de rodas motorizada, tripe, fone com apoio e cadeira de banho
Estudante	Arquitetônica e pedagógica	Universidade	-
Estudante	-	-	Óculos de grau, faixa compressiva e tala extensora
Estudante	Arquitetônica	Universidade	Reglete, lupa digital e recurso de acessibilidade por
Estudante	-	-	Máquina de escrita para braille e leitor de tela e acessibilidade
Estudante	Arquitetônica	Universidade	Muleta canadense, cadeira de rodas manual e órtese de posicionamento para membros inferiores
Trabalhadora	-	-	Muleta canadense, órteses para punho e barra de apoio
Trabalhadora	-	-	Órtese de posicionamento para punho e polegar, mousepad com apoio para punho e almofadas

Verificou-se através da análise dos dados tabulados que 8 participantes percebem e enfrentam barreiras. O tipo de barreira mais frequente é a arquitetônica, seguida pelas barreiras pedagógica e atitudinal. Sobre o local em que as barreiras são enfrentadas, 7 relataram barreiras na Universidade e 2 afirmaram enfrentar em seu ambiente domiciliar e universitário.

As duas trabalhadoras participantes do projeto afirmaram não enfrentar barreiras no ambiente de trabalho. Além disso, levando em consideração que a maior parte dos participantes são pessoas com deficiência visual, verificou-se, assim, o maior uso de facilitadores para esse tipo de deficiência, como os leitores de tela, bengala e reglete. Em seguida, cadeiras de rodas e órteses de posicionamento utilizados por pessoas com deficiência física.

Outro ponto obtido através dos instrumentos foi referente a chegada até a universidade, sendo descrito como um problema, visto que pode haver barreiras arquitetônicas no percurso, associado a falta de preparo dos meios de transportes públicos para receber o usuário com deficiência.

Sobre a mobilidade interna na Universidade, em alguns pontos, existem barreiras e, conseqüentemente, não sendo acessível. Por exemplo, em alguns centros não possuem piso direcional. Os banheiros e os laboratórios de alguns departamentos foram relatados como não acessíveis. Em relação às salas de aulas, algumas salas foram relatadas como pequenas para aqueles que fazem uso da cadeira de rodas, dificultando a passagem, giro e mobilidade no espaço. Além disso, a utilização de instrumentos práticos como o microscópio foi relatado como um dificultador por não estar adaptado.

As barreiras atitudinais apareceram nas respostas de alguns participantes do projeto, sendo relatado que alguns professores não adaptam as atividades para os estudantes com deficiência, até desconhecem as necessidades específicas dos estudantes. Outro ponto levantado é a dificuldade com alguns colegas de turma que, muitas vezes, são impacientes com o tempo pessoal e descrença no potencial individual. No entanto, houveram participantes que relataram que a turma era inclusiva e auxiliava nas dificuldades geradas ao indivíduo.

Em seguida, as barreiras tecnológicas aparecem, na dificuldade no uso das ferramentas digitais, assim como a falta de instruções quanto ao seu uso, ausência dos recursos tecnológicos

para prestar suporte no ambiente de ensino, somado à ausência de adaptação dos instrumentos às necessidades das pessoas com deficiência, o que faz com que aumente o tempo para realização das atividades. Por fim, as barreiras pedagógicas também apareceram nos dados obtidos pelo instrumento, de modo que os materiais para os usuários com deficiência visual são apreendidos com atraso, pois os arquivos precisam ser modificados para que haja a conversão deles.

Assim como na Fase 1 de Pesquisa Bibliográfica da revisão bibliográfica, a Fase 2 de Pesquisa Documental também mostrou que as barreiras mais frequentes no contexto educacional de nível superior e laboral são a arquitetônica e atitudinais, seguidas das barreiras tecnológicas e barreiras pedagógicas. Em relação aos facilitadores frequentes nos artigos da revisão, percebeu-se que os mecanismos legais, legislações, são os instrumentos que mais possibilitam a inclusão das pessoas com deficiência nas instituições de ensino e trabalho, pois são fundamentais no acesso aos demais instrumentos como dispositivos de TA e adaptações razoáveis.

É válido salientar que durante o projeto de pesquisa primário, foram implementadas ações por meio de projeto de extensão interdisciplinar e interinstitucional, de acordo com a demanda de cada participante, tendo como objetivo a participação social, com foco no desempenho das ocupações no ensino superior e trabalho. As principais ações foram: a) grupos de orientação sobre recomendações ergonômicas, cuidados com as funções do corpo e acessibilidade às tecnologias de rotina, apoiados pelo uso de cartilha digital<sup>1</sup>; b) prescrição, confecção, entrega e orientações de dispositivos de TA, como órteses e adaptações para atividades diárias e adequação de cadeira de rodas; c) emissão de laudos caracterizadores

---

<sup>1</sup> Estudos e trabalhos remotos [recursos eletrônicos]: recomendações ergonômicas, cuidados com as funções do corpo e acessibilidade às tecnologias digitais na rotina/ Ana Karina Pessoa da Silva Cabral...[et al]. - Recife: Ed. UFPE, 2020.

da deficiência; d) análises ergonômicas do trabalho; e) palestras informativas com convidados sobre a temática de capacitismo e os direitos das pessoas com deficiência no cenário brasileiro, deficiência visual e as adequações para o ambiente educacional e orientações do núcleo de acessibilidade da instituição para o ensino de pessoas com deficiência e adaptações didático pedagógicas.

## **DISCUSSÃO**

A pesquisa buscou identificar as principais barreiras e facilitadores no processo de participação social de pessoas com deficiência no contexto laboral e acadêmico descritos na literatura associados aos dados obtidos na pesquisa documental do projeto de pesquisa voltado à inclusão.

Um dos mecanismo legais promulgados para a facilitação do processo de inclusão no contexto de ensino superior foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234, com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, definindo como uma das suas ações "o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação"<sup>23</sup>. Seguido pelo Decreto nº 7.611 de 2011 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, estabelecimento de suporte educacional e social, prevendo a estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior e núcleos de acessibilidade<sup>24</sup>.

Ao considerar o contexto das universidades latino-americanas existem diversos empecilhos que dificultam a inclusão educacional, sendo barreiras atitudinais e pedagógicas, como desconhecimento de questões sobre a deficiência, a persistência de uma visão voltada para o déficit, a imposição de diferentes requisitos de ingresso<sup>25</sup>. Desse modo, é importante ressaltar que apesar da Lei Brasileira de Inclusão - LBI trazer aspectos fundamentais sobre os

direitos e deveres das pessoas com deficiência no Brasil, ainda é recente e não abarca todos os conceitos que estão presentes na literatura e que estão cada vez mais presentes nos estudos recentes. Um exemplo é a definição sobre barreiras pedagógicas que não é apresentado na LBI, mas estava presente nos artigos incluídos nesta pesquisa e nos dados obtidos na pesquisa documental.

Sobre isso, um estudo realizado por Ciantelli et al <sup>26</sup> teve o objetivo de demonstrar ações desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade nas IFES, apresentando como resultados, ações de acessibilidade arquitetônica, pois existem vários obstáculos físicos que podem dificultar ou impedir o acesso do estudante com deficiência, de forma independente, aos espaços universitários. Assim, quando traçado o perfil dos núcleos de acessibilidade das universidades participantes do estudo, verificou-se ações que se referem à estrutura física, humana e técnica para a remoção de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, programáticas e atitudinais.

Dessa forma, gerar oportunidades para alunos com deficiência perpassa a aprovação de regulamentos que afirmam direitos iguais ou oferecer meios que sejam alternativos para o conhecimento adquirido. De modo que um ambiente que gera inclusão deve proporcionar condições necessárias para que haja interação ativa no contexto social aos alunos com deficiência, havendo uma visão holística do indivíduo, levando em consideração as suas potencialidades e desejos, estando atento para todos os tipos de barreiras que possam impedir ou dificultar o acesso ao ensino <sup>27, 28, 29</sup>.

Em relação às ações que podem ser desenvolvidas direcionadas às pessoas com deficiência, visando o exercício de suas atividades, estão os ajustes razoáveis, que vem a ser modificações ou adaptações que se tornam essenciais em áreas como educação, trabalho e saúde<sup>2</sup>. Além disso, a utilização de tecnologias assistivas são essenciais no processo de

inclusão, podem ser definidas como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços utilizados para promover a funcionalidade e aumentar a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência<sup>4</sup>.

No Brasil, a LBI assegura à pessoa com deficiência o acesso à saúde, trabalho, educação, enfatizando a disponibilização dos recursos de tecnologia assistiva<sup>4</sup>. Assim, os serviços de TA ocorrem na esfera privada e pública. Na esfera particular, a disponibilização dos recursos ocorre por meio da venda de produtos por empresas, lojas especializadas ou profissionais autônomos. Em relação à esfera pública, o processo se dá através dos órgãos concessionários, como o SUS, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. No país, o principal órgão concessionário é o SUS, ocorrendo o fornecimento de TA acontece nos Centros Especializados em Reabilitação (CER), nas Oficinas ortopédicas e nos serviços de reabilitação habilitados pelo Ministério da Saúde ou credenciados pelos estados e municípios. A prescrição dos produtos assistivos autorizados para serem disponibilizados estão listados na Tabela SUS, que é composta por tipos específicos de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção e alguns procedimentos, ocorre através de profissionais especialistas ou capacitados na área<sup>30</sup>.

No campo do trabalho, os artigos abordados nesta pesquisa, apontam como principais dificultadores ou impedimentos no processo de inclusão laboral das pessoas com deficiências, as barreiras arquitetônicas, atitudinais e, fortemente, um déficit de incentivo à qualificação das pessoas com deficiência assim como a fiscalização, principalmente de caráter educativo, para o cumprimento da legislações vigentes nesse âmbito. Nesse viés, as atitudes preconceituosas e estereótipos são impeditivos no processo de inclusão, visto que são barreiras que reduzem as oportunidades<sup>10</sup>. Assim, apesar de a Lei de Cotas ser um instrumento essencial na busca pela

equidade e redução do preconceito, sozinha não é suficiente para promover a inclusão no trabalho de maneira ampla e eficiente<sup>30</sup>.

As maiores desvantagens que as pessoas com deficiência apresentam em relação às demais pessoas não são motivadas por suas limitações corporais, mas pela discriminação e falta de reconhecimento quanto às suas potencialidades<sup>9</sup>. Desse modo, Cabral<sup>21</sup> descreve que é fundamental a análise e avaliação da capacidade e limitação funcional da pessoa com deficiência, sendo possível a verificação de necessidade do uso de dispositivos de Tecnologia Assistiva, bem como modificações no ambiente ou em tarefas adequadas para colocação do trabalhador. Assim, ainda afirma que a avaliação das capacidades do ser humano, seguida da análise das exigências da tarefa laboral, é orientadora para o processo de seleção ou adequação do posto de trabalho ao trabalhador com deficiência, favorecendo a permanência do mesmo no trabalho<sup>21</sup>.

Outro ponto relevante que tornar-se uma barreira na inclusão laboral é o fato de mesmo com a existência da Lei de cotas, na prática, nem sempre as vagas são preenchidas, pois, para que haja a contratação, o indivíduo, independente, de ter ou não uma deficiência, precisa estar qualificado para exercer as demandas do cargo. Nessa perspectiva, os potenciais empregadores podem se envolver em discriminação indireta, em que criam políticas de recrutamento aparentemente neutras, baseadas em suposições capacitistas e impedindo os candidatos com deficiências durante o processo de recrutamento<sup>31</sup>.

Desse modo, é preciso que as organizações sejam envolvidas no processo, realizando organizações internas que busquem a diversidade e ações inclusivas. Um significativo avanço por meio da LBI, que ressalta que a colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio. Assim, na seção III, Art. 37, aponta a “provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência,

inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho”<sup>4</sup>.

Outro instrumento facilitador e inclusivo é a contratação de pessoas com deficiência utilizando os parâmetros dos programas de customização do trabalho que oferecem uma alternativa viável para superação destas barreiras. De maneira que haja a adequação das demandas da empresa ao perfil do candidato ao emprego sem que ocorra a restrições de atividade a pessoas com deficiências e, conseqüentemente, danos ao seu bem-estar psicoemocional<sup>32</sup>. Para Griffin et al<sup>33</sup>, a customização do trabalho representa a individualização da relação de trabalho entre empregador e empregado, na medida em que combina as habilidades do trabalhador às necessidades da empresa.

Nesse viés, a Terapia Ocupacional contribui para a promoção da participação social de pessoas com deficiência, por meio de intervenções no ambiente em que o indivíduo está inserido, nas atividades e tarefas desempenhas, bem como nos recursos que são utilizados. Além disso, o profissional pode age no treinamento de habilidades exigida pelas demandas dos contextos educacionais e laborais, assim como a prescrição, confecção e treinamento de (TA) para que seja possível a inserção nas ocupações<sup>14,15</sup>.

## **CONCLUSÃO**

A presença dos diversos tipos de barreiras existentes é um obstáculo vivenciado diariamente por estudantes com deficiência no contexto do ensino superior, bem como por trabalhadores com deficiência em seu ambiente laboral. O terapeuta ocupacional é um profissional que pode contribuir no acesso e permanência de pessoas com deficiência nos contextos educacionais e laborais, a partir do olhar sobre o sujeito, ambiente, tarefas e atividades e tecnologias. Assim, neste trabalho foi possível identificar as principais barreiras e facilitadores ambientais que

influenciam a realização de atividades e a participação social de pessoas com deficiência. Destacam-se as barreiras pedagógicas, arquitetônicas e atitudinais no ambiente de ensino e as barreiras arquitetônicas e atitudinais no contexto laboral, evidenciadas na literatura e nos resultados do projeto analisado neste artigo.

Diversos mecanismos descritos na legislação atuam como facilitadores e que possibilitam a participação. Diversos mecanismos descritos na legislação atuam como facilitadores e possibilitam a participação de pessoas com deficiência nos seus contextos de ensino superior e laboral. Podem ser os mecanismos legais, como leis, resoluções e a própria Constituição Federal Brasileira, e os produtos de TA, como órteses, próteses softwares e outros e recursos voltados às pessoas com deficiência visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. No entanto, muitos mecanismos legais são recentes e ainda não conseguem abarcar a realidade dos diversos contextos experimentados por pessoas com deficiência, bem como carecem de fiscalização quanto à sua aplicação.

Como limitação deste estudo, destaca-se que retrata um número restrito de participantes, tendo em vista que a pesquisa primária ocorreu no período da pandemia COVID-19, sendo imprescindível a continuidade da pesquisa para implementar estratégias e avaliar sua efetividade junto a população participante, e isso gerar dados científico e diretrizes de ações em prol da inclusão social das PcD.

## **REFERÊNCIAS**

1. Alencar, H. F. (2010). Participação social e estima de lugar: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos. Dissertação de Mestrado, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

2. Bacarin, A. P., Siltrão L., Tessaro, N.S. Acessibilidade no ensino superior: percepções de funcionários com deficiência. *Fractal: Revista de Psicologia* [online]. 2022, v. 34, e5843
3. WHO - World Health Organization. *International Classification of functioning, disability and health: ICF* World Health Organization; 2001.
4. BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 de jul. 2015.*
5. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
6. Castro, S. F., Almeida, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2014, v. 20, n. 2 , pp. 179-194
7. Súmula: política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. *Cadernos CEDES* [online]. 2008, v. 28, n. 75 pp. 269-273
8. Cabral, L. S. A., & Melo, F. R. L. V. (2017). Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. *Educar em Revista*, 33(3), 55-70.

9. Rodrigues, P. S. e Pereira, E. L. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 31, n. 01 e310114
10. Lima, M. P. et al. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. *RAM. Revista de Administração Mackenzie* [online]. 2013, v. 14, n. 2
11. Garcia, V. G., Benevides, G. M. M.; Alencar, M.L. A inserção formal no trabalho das pessoas com deficiência – comportamento geral, setores de atividade econômica e principais ocupações – 2007-2016.
12. BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
13. BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de setembro de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
14. Gomes, D., Teixeira, L.; & Ribeiro. J. (2021). Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição . English Version de Ocupacional Estrutura da Prática Terapêutica: Domínio e Processo 4º Edion (AOTA - 2020) . Politécnic de Leiria
15. COFFITO. 2015. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). Resolução nº459, de 20 de Novembro de 2015.

16. GIL, A. Carlos. 1946- Como elaborar projetos de pesquisa Antonio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002
17. Ferenhof, H. A.; Ferndades R. F.. Passos para construção da Revisão Sistemática e Bibliometria
18. Minayo, M.C.S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25 Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
19. Magalhães, L. C.; Magalhães, I. V.; Cardoso, A. A. Medida Canadense de Desempenho Ocupacional. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
20. Carvalho, K. E. C. Junior, M. B. G.; Sá, K. N. Tradução e validação do Quebec User Evaluation of Satisfaction with Assistive Technology (QUEST 2.0) para o idioma português do Brasil. *Rev. Bras. de Reumatol*, Salvador, v. 54, n. 4, p. 260-267, 2014.
21. Cabral, A. K. P. da S. Ergo Capability Protocol: protocolo de avaliação direcionado à inserção de pessoas com deficiência no trabalho / Ana Karina Pessoa da Silva Cabral. – Recife, 2019.
- 22- Neves-Silva, P. P; Gomes, F. e Silveira, A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2015, v. 20, pp. 2549-2558

23. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (2008). Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

24. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica 2009. BRASIL.Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011.

25. Paz-Maldonado, E.. La inclusión educativa del estudiantado universitario en situación de discapacidad en Honduras. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2021, v. 29, n. 112 pp. 738-760

26.. Ciantelli, A. P. C. e LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2016, v. 22, n. 3

27- Redig, A. G. e Glat, R.. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2017, v. 25, n. 95. p. 330-355

28. SILVA, Jailma e PIMENTEL, Adriana. A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2022, v.

29. Almeida, José e Ferreira, Eliana. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. Psicologia Escolar

e Educacional [online]. 2018, v. 22.

30. Amaral, D. S. Gestão de Design e Terapia Ocupacional: um guia de orientação para a prestação de serviço em Tecnologia Assistiva / Daniela Salgado Amaral ; orientadora, GiselleSchmidt Alves Díaz Merino, coorientadora, Ana Karina Pessoa da Silva Cabral, 2023.298 p.

31. Santos, W.. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2016, v. 21, n. 10 pp. 3007-3015

32. Anabê. Ableism and disablism in higher education: The case of two students living with chronic illnesses. *Disability & Society*. 2016. 24:10, 1456-1673.

33. Gagan Chhabra. Fazendo vista grossa à discriminação dos empregadores. Percepções de barreiras atitudinais de jovens com deficiência visual de Oslo e Delhi, *Disability & Society*. 2021. 36:10, 1688-1711

